



## SENADO FEDERAL

Autoriza a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB).

**O Congresso Nacional** decreta:

**Art. 1º** É autorizada a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB), documento de identificação destinado aos professores da educação pública e privada.

Parágrafo único. A CNDB terá fé pública e validade em todo o território nacional.

**Art. 2º** A CNDB tem por objetivos:

- I – identificar os professores das redes pública e privada de educação;
- II – promover a valorização e o reconhecimento dos professores;
- III – facilitar o acesso às prerrogativas decorrentes da condição de professor.

**Art. 3º** A CNDB conterá, no mínimo, os seguintes elementos:

- I – nome, filiação, local e data de nascimento do identificado;
- II – órgão ou instituição de ensino em que o identificado trabalha, com indicação do ente federativo;
- III – data de expedição do documento;
- IV – data de validade do documento;
- V – fotografia, no formato 3x4 cm, do identificado;
- VI – número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- VII – inscrição “Válida em todo o território nacional”;
- VIII – assinatura do dirigente do órgão expedidor;
- IX – código de barras bidimensional no padrão QR Code (quick response code).

**Art. 4º** As normas para a expedição, a validade e o modelo do documento de identificação de que trata esta Lei serão estabelecidas em regulamento.

**Art. 5º** Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fornecerão à União as informações e os dados necessários para a manutenção e a atualização da base de dados de profissionais da educação, conforme disposto em ato do Ministro de Estado da Educação.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em                      de                      de                      .

Senador Davi Alcolumbre  
Presidente do Senado Federal